



Elite intelectual do Rio Grande do Sul (1930 – 1950)

Andrius Estevam Noronha¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo a análise da formação da elite intelectual do Rio Grande do Sul durante as décadas de 1930 até 1950, período marcado por três acontecimentos: a consolidação das instituições governamentais em nível estadual sob hegemonia federal de Getúlio Vargas; a formação dos cursos de Ciências Humanas na Universidade do Rio Grande do Sul, centrado nos cursos de História e Geografia e a formação do mercado cultural nesse período, tendo a Revista do Globo como estudo de caso. Limitamos a análise da formação desse segmento no contexto marcado pela estabilização política do Rio Grande do Sul, que unificaram suas elites para apoiar o governo presidido por Getúlio Vargas em âmbito nacional.

Palavras-Chaves: Elite intelectual, Rio Grande do Sul, Governo Vargas.

Recebimento: 2/8/2008 • Aceite: 29/8/2008

¹ Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). End: Travessa Haun 44 apt 302. Centro. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. CEP 96825150. Email: andriusds@hotmail.com

Intellectual elite of Rio Grande do Sul (1930 – 1950)

Abstract

This article aims at examining the formation of the intellectual elite of Rio Grande do Sul during the decades from 1930 until 1950, a period marked by three events: the consolidation of government institutions at state level under federal hegemony of Getúlio Vargas, the formation the courses of Social Sciences at the University of Rio Grande do Sul, focusing on the courses of History and Geography and training of the cultural market in that period, the Magazine of the world as a case study. Limit the analysis of training this segment in the context marked by the political stabilization of Rio Grande do Sul, which unified their elites to support the government chaired by Getúlio Vargas at the national level.

Keywords: Elite intellectual, Rio Grande do Sul, Government Vargas.

Introdução

Esse trabalho circunscreve a formação da elite intelectual do Rio Grande do Sul num contexto marcado pela estabilidade política, social e econômica do estado nos anos de 1930 até 1950. Durante essas duas décadas o governo federal esteve sob direção ou hegemonia política de Getúlio Vargas que articulou um consenso entre as diferentes oligarquias gaúchas que “pelejaram” durante o período da I República (1889 – 1930). Nesse contexto podemos inferir que a frágil institucionalização governamental, provocada pela instabilidade política, teve como resultado uma dispersão da transmissão da cultura intelectual até o início da década de 1930. Esses elementos comprovariam a necessidade da estabilidade política para a formação de uma intelectualidade heterogênea e que possa publicar livremente seus artigos em meios de circulação massiva ou em editoras e ainda se estabelecer em instituições para a realização de pesquisa acadêmica.

As condições para a formação de uma elite intelectual no Rio Grande do Sul emergem com a consolidação de três elementos fundamentais: o fortalecimento do Estado Nacional brasileiro, dentro dos parâmetros burocráticos apontados por Max Weber (2000); a consolidação de uma instituição universitária que possibilite a formação de um segmento girado especificamente para a produção intelectual e a ampliação de uma rede editorial não restrita apenas aos jornais e revistas, mas que amplie a circulação de livros no mercado literário local e ainda tenha demanda para essa produção cultural.

Para compreender essas especificidades esse trabalho será dividido em três seções: a primeira abordará as relações entre os mecanismos de recrutamento e reconversão intelectual do Rio Grande do Sul e sua relação com a estabilidade política do estado no contexto de fortalecimento e hegemonia do governo federal de Getúlio Vargas. A segunda abordará a consolidação da instituição universitária no Rio Grande do Sul durante a década de 1930, tendo como estudo de caso a formação dos cursos de Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, tendo os cursos de Filosofia, História e Geografia como objeto de análise. A terceira seção abordará a formação da demanda editorial do estado, tendo como estudo de caso a formação da Revista do Globo no contexto de emergência heterogênea da elite intelectual do Rio Grande do Sul.

A consolidação da *pax* getulista e a formação do intelectual do Rio Grande do Sul

O contexto da I República no Brasil (1889 – 1930) não abriu muitas perspectivas para a formação e o fortalecimento de uma classe intelectual heterogênea no Rio Grande do Sul, esses elementos estariam ligados principalmente pela falta de estabilidade política que esteve presente nesse período. Coradini (2003) afirma que até os anos de 1930 havia uma baixa transmissão da cultura erudita e acadêmica no Rio Grande do Sul, que ficava restrita aos jornais e revistas de curta duração e de público específico. O estado gaúcho possuía além dos problemas causados pelas guerras civis, uma baixa tendência de ampliar o ensino de massa, regiões isoladas (como as de colonização alemã e italiana) e ainda uma disparidade regional na logística de informações, que dificultava o acesso mais ampliado dos debates intelectuais e políticos do período, restrito apenas a uma pequena elite dirigente.

A Revolução de 1930, no âmbito nacional, sepulta uma série de problemas ocasionados pelos conflitos entre chimangos e maragatos, abrindo perspectiva para uma demanda crescente de uma cultura intelectual que pense o Rio Grande do Sul no contexto de formação do Brasil e desvincule sua projeção intelectual associada ao campo historiográfico da formação da bacia platina. Na pesquisa de Nedel (2007), a abordagem da recepção de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul estava vinculado a dois processos: o primeiro, a ideologia calcada no *ethos* nacional que serviu de modelo para a compreensão do passado e da cultura “gauchista”; o segundo, infere aos postulados culturais escolhidos por membros do setor intelectual do estado. Vale destacar que o contexto de readequação da narrativa regional foi fundamental para criar uma representação cultural voltada para os elementos de fundação da sociedade brasileira e o estado como parte fundamental desse processo. Nedel (2007) alude a Dante de Laytano – professor universitário, catedrático de História do Brasil na URS – para provar a influência de Gilberto Freyre na configuração de uma nova teoria social que explique a formação da cultura nacional sob novos paradigmas historiográficos. Para Laytano a sociologia brasileira foi fundada por Freyre e essa nova teoria social permitiu criar uma base de valorização intelectual do Brasil, que certamente influenciou a elite letrada do Rio Grande do Sul na década de 1920.

O final da década de 1920 passa a ser pedagógico para o campo intelectual do Rio Grande do Sul, pois a crise política e econômica, envolvendo a esfera nacional do governo brasileiro, abre perspectiva

de uma intervenção da elite política do estado gaúcho no eixo de relações de poder e até mesmo de direção dos movimentos de transformação do Brasil. Rompendo com a tradição política que manteve a elite gaúcha até os anos de 1930 marginalizada dos centros decisórios do Brasil, o resultado ocasionado, depois de décadas de disputa, foi uma ação homogênea de seus dirigentes. A ascensão de Getúlio Vargas nos permite compreender como o espaço de representação da elite intelectual do Rio Grande do Sul se consolida com o instrumento de propagação do Estado. Na pesquisa prosopográfica feita por Codato e Guandalini Jr. (2003) fica claro o engajamento do Estado na tentativa de criar uma base doutrinária e de conteúdo programático para a elite intelectual no contexto de fortalecimento do aparelho institucional do governo federal.

A meta “gigantista” do Estado brasileiro, nas décadas de 1930 e 1940, com suas novas autarquias e instituições permite estabilizar e criar condições para a formação de um corpo intelectual comprometido com as diretrizes políticas do governo. Embora não poderemos avaliar que o contexto nacional fosse marcado pela estabilidade política (pois assistiremos a Revolta de 1932 de São Paulo, a Revolta de 1935 dos Comunistas e os expurgos políticos de 1938 ocasionados pela implantação do Estado Novo) o Rio Grande do Sul se beneficia desse contexto tendo um dirigente nacional com “raízes locais”. Essa conjuntura estadual marcada pela *pax getulista* permite ao Rio Grande do Sul modificar uma série de mecanismos de recrutamento de sua elite intelectual.

Merece destacar a pesquisa de Miceli (2004) sobre as transformações que ocorrem no Brasil dos anos de 1930 na esfera econômica como a crise do setor agrícola, o processo de industrialização e de urbanização endossados pela nova doutrina de ação estatal Keynesiana, o que certamente fez vários intelectuais nacionais a pensar esse rompimento da tradição clássica da economia internacional que colocava o Brasil no patamar de país importador de produtos industrializados e exportador de monocultura. Essas transformações criam novas demandas e novos papéis dos agentes públicos para inserirem o Brasil no contexto de transformações da economia mundial, como por exemplo, a qualificação em massa e inserção da classe trabalhadora na vida social do país.

A criação do Ministério da Educação abre caminhos para se pensar um programa nacional de massificação da alfabetização, que antes era restrito a uma pequena elite, e desperta o interesse das elites locais para a formação de secretarias estaduais e municipais de

educação nas décadas de 1930 e 1950. Outra questão que transformou a cultura local foi a modernização da logística informacional assentada sob novos canais de transmissão criadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que não apenas massificou, mas criou um corpo intelectual que legitimasse o Estado Novo nos setores médios urbanos da sociedade. Esse assunto nos remete as análises de Codato e Guandalini Jr. (2003, p. 03) sobre a fundação da revista *Cultura Política* com “função de produção de um discurso mais elaborado, a ser difundido por outros meios em uma linguagem mais pragmática e panfletária”. A “Campanha de Nacionalização” deu início ao processo de unificação e desregulamentação das culturas regionais que ainda se faziam presentes no contexto anterior ao de 1930.

Esse papel do Estado na configuração de organizar o poder passa a ser uma faca de dois gumes para a elite intelectual: de um lado, essa ordem calcada na repressão, como foi uma das principais marcas do governo Vargas, nos anos de 1930 e meados dos 40, garantiram a ordem e a expansão do poder institucionalizado do Estado na sociedade, o que certamente trouxe novas perspectivas para a elite intelectual, mas por outro, intimidou sua autonomia frente ao poder constituído. De acordo com Said (2005) as transformações da modernidade – criação da cultura de massa associada tanto na educação quanto no jornalismo – fundamentam com excelência a tese de Gramsci (2002) dentro do entendimento da formação de novos profissionais que servem para esse fim.

Embora tenha certa pertinência, a análise do intelectual de Benda, não se encaixa para o entendimento da elite cultural do Rio Grande do Sul, isso porque sua visão está centrada dentro de uma perspectiva conjuntural de fraca cultura de massa e ainda sua análise remete a uma estrutura romantizada do intelectual. Essa tese pode ser reforçada nos estudos de Nedel (2007), Coradini (2003) e Miceli (2004) de que a elite intelectual possui estratégias específicas de sobrevivência e de articulação com as diferentes esferas de poder, e o caso do Rio Grande do Sul não foi diferente. A *pax getulista* criou as condições para a instituição governamental pensar na organização da universidade, que até então estava calcada nos paradigmas profissionalizantes e poderia ser girado para o campo de produção cultural e ideológica e assim criar mais um mecanismo de recrutamento da elite intelectual do Rio Grande do Sul.

Universidade: porta de entrada na carreira da elite intelectual do Rio Grande do Sul

Uma das principais instituições de projeção, recrutamento e reconversão da elite intelectual, a universidade, entra no centro das principais pesquisas sobre os estudos desse segmento. Bourdieu (1990) destaca que o espaço institucionalizado da academia proporciona os elementos de identidade de posição e de representação da elite intelectual. Nesse contexto, a noção de capital social, econômico e simbólico levantados pelo autor, possibilita compreender uma série de mecanismos de recrutamento desse segmento que é lacunar em teóricos como Gramsci (2002). O espaço universitário do Rio Grande do Sul possibilita compreender como o processo de recrutamento da elite intelectual é articulado nas disputas e nos campos de poder hegemônicos da tradição cultural.

Vale destacar, que no Rio Grande do Sul, o ensino superior, sempre teve um papel girado no destaque aos cursos de caráter profissionalizante, basicamente hegemônica em três áreas: Direito, Engenharia e Medicina, que endossavam assim a ideologia calcada no positivismo da I República. Esse fator deve ser levado em conta, pois a consolidação dos cursos de Ciências Humanas no Rio Grande do Sul vai romper com o paradigma positivista, mostrando um novo campo de força da cultura acadêmica assentada sob égide do catolicismo.

Na década de 1930 a corrente “Escola Nova” passou a transformar a ideologia dominante na formação universitária, não apenas do Brasil, mas também do Rio Grande do Sul. Esses elementos apontam para a valorização de cursos com potencial revolucionário como a área das Ciências Humanas, mais especificamente os cursos de Filosofia, Geografia e História. Nessa perspectiva Carlos Altamirano (2007) destaca uma série de perspectivas para a compreensão da História intelectual, o que nos permite compreender algumas perspectivas para a formação da elite intelectual do Rio Grande do Sul no contexto de emergência desse campo na esfera institucional da universidade.

O novo impulso da História política e os instrumentos da sociologia das elites culturais deveriam beneficiar uma História intelectual que não se limitasse a ser uma História puramente intrínseca das obras e dos processos ideológicos, nem contentar-se com referências sinópticas e impressionistas da sociedade e da vida política. E, no entanto, como escreveu Dominick LaCapra, “a História intelectual não deveria ver-se apenas como simples função da História social. Ela privilegia certa classe de fatos – em primeiro lugar, os fatos

do discurso – porque eles dão acesso a uma decifração da história que não pode ser obtida por outros meios e porque proporcionam pontos de observação únicos sobre o passado. (ALTAMIRANO, 2007, p. 10-11).

A pesquisa de Rodrigues (2002) analisa o perfil do corpo docente que surge no processo de criação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. A autora destaca a importância da institucionalização desses cursos para o surgimento de um corpo docente que articule o potencial pedagógico das Ciências Humanas para o Estado brasileiro. Nesse processo Rodrigues (2002) lança mão dos conceitos de “campo científicos” de Bourdieu e de “dominação burocrática” de Max Weber. A criação do curso de História e Geografia no ano de 1943 – período em que o Brasil estava em guerra – teve inserção num contexto sócio-cultural de valorização da identidade nacional com a Campanha de Nacionalização.

Infere-se na pesquisa de Coradini (2003) que instituições como a Igreja e o Exército galvanizavam os investimentos na área educacional visto que a formação de sua elite (tanto burocrática quanto intelectual) estava colada com a formação pedagógica hierárquica. A elite intelectual que emerge nesse contexto é influenciada por uma dessas instituições, que respectivamente estavam girados para o catolicismo e o positivismo.

Rodrigues (2002) identifica ainda uma disputa que ocorria entre os campos intelectuais vinculados ao positivismo e ao catolicismo, cada grupo possuía uma importância destacada no contexto de formação da elite intelectual do Rio Grande do Sul. O primeiro estava respaldado pelo engajamento do governo no processo de dinamização da estrutura educacional, o segundo estava apoiado pela tradição quase que secular na formação das escolas de ensino básico no estado. A corrente “Escola Nova”, de acordo como Rodrigues (2002), não chegou a ter grandes embates como ocorriam entre positivistas e católicos, isso demonstra a própria conjuntura polarizada que havia entre o intelecto oriundo de instituições confessionais comandados tanto pela Igreja Católica quanto pela Luterana e de instituições militares como os Colégios de formação de jovens oficiais.

O campo católico teve grande hegemonia na instituição universitária do Rio Grande do Sul, isso se deve não somente a sua tradição na educação de massa, mas também a sua grande inserção dentro do governo estadual e federal. Embora a Revolução de 1930 tenha acomodado novos integrantes da elite política brasileira e gaúcha, a Igreja Católica ainda se mantinha em posição de destaque na burocracia estatal, principalmente quando o assunto era educação. O

envolvimento da elite política na formação dos cursos da Faculdade de Filosofia é evidenciado pela pesquisa de Rodrigues (2002), que identifica várias lideranças dentro do corpo docente que deu origem a instituição. A partir de 1944 o recrutamento dos docentes passa por algumas transformações como, por exemplo, a exigência da experiência didática.

Rodrigues (2002) destaca que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) forneceu poucos quadros para os cursos da Faculdade de Filosofia, que podemos entender como uma opção de direção, visto que os católicos mantinham um papel de destaque nas decisões dos cursos. Vale destacar que uma das hipóteses para a pouca inserção do IHGRS na formação da Faculdade de Filosofia, pode ser levantada pela sua forte aproximação com os ideários positivistas. A autora destaca ainda que pela tradição católica, a ênfase dado ao projeto pedagógico da Faculdade estava centrada na formação de professores da rede básica de ensino, num contexto marcado por políticas públicas concretas de universalização da educação. Por isso a preferência dada pelo governo para que os católicos tivessem hegemonia no controle e na formação dos cursos de Filosofia, História e Geografia da Universidade do Rio Grande do Sul. Essa base de ampliação da educação e a criação de uma cultura massificada calcada na identidade nacional brasileira favoreceram o surgimento de uma nova corrente de recrutamento da elite intelectual: o mercado cultural das letras.

A elite intelectual do Rio Grande do Sul e o mercado cultural

O mercado cultural, voltado especificamente para a produção e edição de livros, levanta uma série de questões vitais para a consolidação da elite intelectual de qualquer sociedade. Os integrantes que não fazem parte do Estado como formuladores de políticas estratégicas para o governo ou da Universidade como pesquisadores ou integrantes do corpo docente tem como opção de sobrevivência a vida literária.

Vale destacar que Said (2005) afirma que a partir das décadas de 1930 em diante a especialização pressionou vários escritores a se adequarem ao cada vez mais competitivo e exigente mercado cultural, isso levou vários integrantes da elite intelectual a projetarem um interesse sobre seu profissionalismo, desvinculando assim o campo literário como uma prática paralela ao de outra profissão como era muito comum no caso brasileiro até os anos de 1930. Essa questão foi fundamental ao visualizarmos sobre o mercado editorial brasileiro

desse período, que sofreram grandes transformações no movimento modernista e nas relações com a casta mecenata da cultura nacional como afirma essa citação:

Os escritores participantes do movimento modernista em São Paulo foram beneficiados pelo mecenato burguês exercido por famílias abastadas e cultas, ao passo que os intelectuais cooptados para o serviço público acabavam se filiando às “panelas” comandadas pelos dirigentes da elite burocrática. Os romancistas foram os únicos a negociar a venda de suas obras no mercado do livro, embora alguns deles tivessem tirado proveito, ao menos durante certo período, da reserva de mercado que a filiação a organizações políticas de direita ou esquerda tende a garantir. De qualquer modo, as possibilidades de acionar o capital de relações sociais ao alcance dos intelectuais são tanto maiores quanto o acesso à produção cultural fica mais a critério das famílias do que das instituições (...). (MICELI, 2004, p. 81)

Isso teria um peso fundamental na necessidade de se buscar uma estratégia de empregabilidade da elite intelectual do século XX: “para exigências e prerrogativas do poder e para se tornar diretamente empregado por ele” (SAID, 2005, p. 84). No Rio Grande do Sul esse processo pode ser analisado dentro de um prisma específico tendo como estudo de caso os intelectuais da Revista do Globo. Para essa compreensão, merecem destaque os apontamentos de Coradini (2003), ao afirmar que boa parte dos jornais existentes na época possuía um caráter político ou religioso, não atendendo as necessidades de uma demanda para a produção de textos acadêmicos ou literários.

No caso religioso o autor afirma que a maioria das publicações estava sob circunscrição do clero luterano e católico que endossavam os problemas das redefinições das identidades étnicas dos imigrantes e a identidade nacional (tema por sinal bastante delicado para a época). Vale destacar que até 1942, por exemplo, na cidade de Santa Cruz do Sul havia um jornal de língua alemã. Em relação aos jornais que possuíam uma tendência política em seu posicionamento editorial, a maioria estava vinculada a alguma força partidária, no caso o Partido Republicano Riograndense, ou agremiação política contrária a esse grupo político.

Essa tradição entre política e intelectualidade não seria específico somente no caso do Rio Grande do Sul, mas se trata de uma tendência da cultura Ocidental desde o início do século XX, principalmente se avaliarmos as conseqüências do caso Dreyfus. Charle (2003) destaca que a conjuntura criada pelo *l'affaire* possibilitou recuperar uma série de elementos da tradição clássica do

pensamento político que havia sido esquecido desde a Revolução Francesa de 1789. Ela põe uma série de perspectivas que possibilitam uma análise do engajamento da elite intelectual na sociedade, e ainda permite inferir como as transformações sociais, econômicas e políticas enriquecem o capital cultural pertinente para os debates teóricos e as polarizações ideológicas nesse contexto.

O caso Dreyfus não poderia ser pensado e debatido numa França desregulamentada do ponto de vista social, político e econômico, ela é produto da modernidade, da educação massificada, de um corpo intelectual heterogêneo e de elementos que possibilitem a ampliação do debate como, por exemplo, o acesso massificado de jornais e livros. Essa questão possibilita inferir algumas hipóteses sobre a formação da elite intelectual do Rio Grande do Sul, ela também pode ser pensada como resultado de uma perspectiva de transformações da vida moderna. Fruto de uma articulada consolidação de uma rede editorial que permita emergir uma classe letrada heterogênea e que possua um mínimo de congregação e identidade profissional de sua base social.

Para Coradini (2003), existem três elementos que caracterizariam a congregação de uma elite intelectual no Rio Grande do Sul na década de 1920: o primeiro seria sua capacidade de publicar seu conhecimento concomitante a outra forma de ocupação, seja política ou sócio-cultural. Neste caso, o debate poderia ser expandido ao campo da literatura e do jornalismo, mesmo que não haja exclusão de outros segmentos como da história (nesse caso não se tratando de profissionais, mas advogados, por exemplo, que escrevem alguma coisa sobre sua cidade ou mesmo temas que não tem haver com sua formação). O segundo seria a falta de aglutinação de um campo de produção cultural institucionalizado, os mesmos profissionais que exerciam a advocacia, promotoria, magistratura, oficialato ou qualquer outro profissional liberal “letrado” tinham como escritores uma segunda atividade. O terceiro elemento de congregação seria a falta de um campo plural de debate entre diferentes concepções ideológicas, uma vez que os jornais ou publicações eclesiais só publicavam artigos oriundos de seu campo, as publicações militares ou partidárias – principalmente do positivismo não seria diferente.

Nesse contexto, a criação da Revista do Globo, no final da década de 1920, entraria numa nova conjuntura para o reconhecimento de uma elite intelectual do Rio Grande do Sul. Coradini (2003, p. 05) analisa o embate que existe entre os interesses econômicos e culturais nas relações entre editoras e escritores: “o empreendimento econômico

e a cultura, além de frequentemente conflituosas e tensas, podem passar as tomadas de posição e as ambivalências de um mesmo indivíduo nos diferentes estágios de seu percurso ou, então, do grupo familiar no controle, que abrange diferentes gerações e perspectivas”.

Essa relação de parentesco que faz parte da formação das editoras não só do Rio Grande do Sul, mas também de todo o Brasil, não foi diferente no caso da Revista do Globo, além disso, a manutenção do controle familiar está na mesma perspectiva das empresas industriais e comerciais que emergem nesse período. Esse elemento é pertinente para compreender as relações de poder que existem dentro do campo literário, assim como a ideologia que emerge no contexto de análise. Nadel (2007) destaca a falta de uma cultura literária popular no Rio Grande do Sul, questão fundamental para a concretização de um projeto de cultura nacional, nem mesmo as instituições como IHGRS abria seu leque de interpretação mais horizontal.

Assim, todos concordavam que no Rio Grande, ao contrário dos estados do Nordeste, sobrava tradição política e “faltava cultura popular”. Veladamente, chegava-se à conclusão de que o teor elitista da história praticada no IHGRS tinha contribuído para a escassez desses registros. Hegemônica depois da queda do Estado Novo, a conclusão foi compartilhada tanto por antigos defensores do regionalismo literário – casos de Dante de Laytano, Darcy Azambuja e Manoelito de Ornellas – quanto por outros autores engajados no projeto revolucionário de 1930, que naquele tempo recomendaram seu abandono. (Nadel, 2007, p. 102).

A influência da imigração alemã e italiana também deve ser levantada para a compreensão dos mecanismos de recrutamento da elite intelectual do Rio Grande do Sul, pois boa parte dos imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul possuía entre seus grupos alguns profissionais com conhecimento de editoração. As primeiras levas de imigrantes que vieram para o estado no início do século XIX eram analfabetos, estavam saindo de um regime de servidão na Europa, portanto não podemos afirmar sua influência na formação do mercado editorial do Rio Grande do Sul.

Porém as levas de imigrantes alemães e italianos que vieram no final do século XIX, já numa Europa industrializada, já possuíam alguma qualificação o que dinamizou não apenas a economia, mas possibilitou criar uma indústria editorial. Coradini (2003) afirma que a maioria dos imigrantes tinha que dar algum futuro para seus filhos, pois as propriedades pequenas inviabilizavam a manutenção da família

no campo. Somados a pressão de um lado econômica do “expurgo” das sobras da prole, e por outra, um capital cultural de dinamismo econômico e social, já consolidados no início do século XX na vida urbana gaúcha, fomentou a criação de empresas ligadas à indústria da cultura no estado. Esse processo de ascensão – de pequenos agricultores para empresários – somados a uma oligarquia já existente entre filhos de fazendeiros (forçados à reconversão) insere no contexto do Rio Grande do Sul as possibilidades de expansão criadas pelo mercado cultural.

A biografia traçada por Coradini (2003) sobre os dois diretores da Revista do Globo – Érico Veríssimo e Mario Bernardi – permite entender mais um mecanismo de reconversão e recrutamento da elite intelectual do Rio Grande do Sul. O primeiro, foi descendente da elite rural gaúcha em processo de decadência, chamado ironicamente por Coradini (2003) de “primo pobre”, encontrou nas letras a saída para se manter dentro do circuito social aristocrático e se aproveitou das redes de relação que sua família detinha na esfera governamental. O segundo, foi descendente de pequenos agricultores e teve um processo de ascensão assentada nas letras, além disso, Bernardi era integrante da Ação Integralista Brasileira (AIB), o que lhe deu posição de destaque no governo Vargas, pelo menos até seu grupo político ter sido posto na ilegalidade.

Vale destacar que a Revista foi fundada com amplo apoio do então deputado estadual Getúlio Vargas, tendo seu posicionamento editorial voltado para a unidade do Rio Grande do Sul. O próprio título “Revista do Globo” encara essa perspectiva, demonstrando o caráter heterogêneo de diferentes culturas na edificação da cultura “gaúcha”. A rede editorial permite compreender os mecanismos complexos de recrutamento da elite intelectual do Rio Grande do Sul, e no caso da Revista do Globo fica evidenciada essa perspectiva.

Considerações Finais

Esse artigo buscou analisar a base estrutural da elite intelectual do Rio Grande do Sul para uma compreensão do processo de institucionalização dos três elementos necessários para seu recrutamento e reconversão. O estado com suas instituições estabilizadas, não inseridas em contexto de guerras civis ou distúrbios sociais. A universidade, enquanto campo de produção do conhecimento, não restrito apenas a formação técnica – como era na I República – mas que possua elementos que aproveitem o potencial pedagógico dos cursos de Ciências Humanas. E por fim a rede de

editoras, que tenham capacidade de expandir e facilitar o surgimento de uma elite heterogênea que permita ampliar o debate intelectual na área política.

A consolidação da *pax getulista* no Rio Grande do Sul, a partir de 1930, permitiu criar bases para o surgimento da elite intelectual, tendo se aproveitado do capital social e cultural que foi fomentando pelo próprio governo. Essa guinada estadista da sociedade gaúcha permite criar condições para a transformação da universidade enquanto campo de atuação ideológica pertinente para sua identidade regional. Os debates entre positivistas e católicos são emblemáticos na conjuntura de criação dos cursos de Ciências Humanas no Rio Grande do Sul, e esse processo nos permite inferir sobre os mecanismos de formação do corpo docente e a linha programática que esses cursos vão assumir.

O campo do mercado cultural foi certamente revolucionado pelas transformações decorrentes da modernidade, essa expansão da vida intelectual pode ser sentida pela capacidade de profissionalização crescente desse campo. Monteiro Lobato, por exemplo, encara esse novo perfil da elite intelectual brasileira que se destaca nessa configuração de um segmento heterogêneo da classe letrada. A elite intelectual do Rio Grande do Sul teve o aporte dos três elementos para o recrutamento e reconversão social nas décadas de 1930 e 1940, período que elite local enterrou a polarização que marcou o contexto da I República, hegemonizada pelo “borgismo e o castilhismo”.

Referências bibliográficas

ALTAMIRANO, C. **Idéias para um programa de história intelectual.** Tempo Social - revista de sociologia da USP, v.19, n.1, Junho de 2007

BOURDIEU, P. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHARLE, C. **Nascimento dos Intelectuais contemporâneos (1860-1898).** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.14, p.141-156, set.2003.

CODATO, A. N. ; GUANDALINI, Jr., W. **Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 32, 2003.

CORADINI, O. L. **As missões da cultura e da política: confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio grande do Sul**

(1920-1960). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, pp.125-144.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004,

NEDEL, L. B. **A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul**. Mana (Rio de Janeiro), v. 13, p. 85-117, 2007.

RODRIGUES, M. C. de M. **O papel da universidade no campo da história: o curso de Geografia e História da UPA/UFRGS na década de 40**. Métis, Caxias do Sul, v.1, n.2, jul-dez/2002, pp.75-102.

SAID, E. W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.